Livro	6
Folha_	148

A

ATA DA

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2015 NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO Nº 04/2015

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente - Albano Fernandes Álvares, 1.ª Secretária - Maria Cândida Pereira das Eiras, 2.º Secretário - António Pereira dos Penedos.

PRESENÇAS: Mário Jorge Carneiro Matias, Arnaldo António de Moura Silvestre Videira, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, Sandra Isabel André dos Reis, Magda Pereira Barroso, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Armindo de Sousa Pereira, Rui Fernandes Álvares, Odete Cristina Queiroga Moreira, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Fernando Pereira Campos._____

AMBoticas

29-09-2015

•
SECRETARIOU: Filipe Silva, Secretário do GAP
PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Fernando Eirão Queiro-
ga, Presidente da Câmara, António Guilherme
gu, weekee uu damaru, miteme dumerme
Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do
Céu Domingues Fernandes e Hélio Romeu Mon-
teiro Pereira Martins, vereadores
HORA DE ABERTURA: 10 horas e 30 minutos

Livro	6	,
Folha_	149	A

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:
1.1 - Informação relativa à atividade desenvolvida pela
CIM-AT, nos termos do disposto da alínea a), nº 5 do artigo
25° da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
1.2 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 19 de junho
2015;
1.3 - Assuntos de interesse municipal nos termos do
regimento;
2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor
Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira
nos termos da lei;
2.2 - Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Adminis-
tração Regional de Saúde do Norte, IP e a Câmara Municipal
de Boticas – ratificação;
2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Coope-
ração entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associa-
ção de Barroso outorgado em 09/04/2014;
2.4 - Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Muni-
cípio de Boticas e a Santa Casa de Misericórdia de Boticas -
Apoio Financeiro;
2.5 - Proposta de emissão de "Declaração de Interesse
Publico Municipal" - Regime excecional de regularização -
artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5
de novembro;

AMBoticas

2.6 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS
- 2016;
2.7 - Proposta de Fixação e de Redução da Taxa de Impos-
to Municipal sobre Imóveis - 2015
Dada a ausência do Senhor Presidente da Assembleia Muni-
cipal, passou o 1.º secretário, Albano Álvares, a presidir a
mesa da Assembleia. Propôs à Assembleia que integrasse a
mesa, o membro António dos Penedos. Após verificação do
quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta
a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respetiva
convocatória. De imediato, deu conhecimento da correspon-
dência recebida desde a última reunião: envio pela Câmara
Municipal da listagem de compromissos plurianuais assumidos
ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela
Assembleia Municipal; e-mail da Câmara Municipal de Vila
Pouca de Aguiar (reg.2323, de 10/jul.) a informar da aprova-
ção de uma moção pela Assembleia Municipal de Vila Pouca de
Aguiar, relativa à Vespa das Galhas do Castanheiro; ofício da
Câmara Municipal de Esposende (reg.2322, de 10/jul.) a
informar da realização do I Convívio de Autarcas do Norte Ofir
2015; ofício da Municipalia (reg. 3018, de 17/set.) a informar
da realização da 18.ª edição do Salão Internacional de Equi-
pamentos e Serviços Municipais em Lleida, Espanha e ofício
(reg.3126, de 25/set.) a informar da ausência do Presidente
da Assembleia Municipal na presente sessão por estar em
representação da Santa Casa da Misericórdia de Boti-
cas

Livro___6__ Folha__150______

1.1 - Informação relativa à atividade desenvolvida
pela CIM-AT, nos termos do disposto da alínea a), nº 5 do
artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setem-
bro;
Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os
seguintes intervenientes:
O Presidente da Assembleia Municipal informou os mem-
bros desta Assembleia da presença do Secretário-geral da
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Dr. João Batista,
para prestar as informações necessárias relativas a este pon-
to
O Presidente da Câmara Municipal informou que a infor-
mação a prestar decorre da lei. Disse ter o próprio dado algu-
mas explicações numa anterior assembleia mas que se enten-
deu agora ter a presença do Secretário-geral da CIM-AT para
com mais pormenor, informar os membros da Assembleia sobre
a atividade e funcionamento daquela Comunidade Intermunici-
pal
O Secretário-geral da CIM-AT cuja intervenção ficará em
anexo à ata
O Presidente da Assembleia Municipal explicou que o novo
Quadro Comunitário implica a contratualização de objetivos
para o alcance de metas, obrigando os intervenientes a olha-
rem mais para o território envolvente no seu conjunto e não
apenas a interesses particulares, através da colaboração entre
todas as entidades e do alcance de metas conjun-
tas

AMBoticas

O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, solicitou
informações a nível do turismo nomeadamente se existia
algum programa para a recuperação e dinamização das estân-
cias termais existentes no Alto Tâmega, referindo-se em con-
creto ao caso de Carvalhelhos
O Presidente da Câmara Municipal informou da existência
do programa PRODER, destinado a beneficiários privados. Dis-
se já ter reunido com os administradores das Águas de Carva-
lhelhos, com vista à realização de obras de recuperação fun-
damentalmente nos balneários daquela instância por parte da
empresa. Referiu ainda que a água é um dos elementos que
une os seis municípios do Alto Tâmega, pretendendo criar-se
uma sinergia à volta da água para que se consiga, em termos
turísticos, promover ainda mais aquele territó-
rio.
O Presidente da Assembleia Municipal referiu, em modo de
conclusão, que se ficou a perceber que a cooperação entre
entidades irá aumentar e que existe uma visão do futuro com-
pletamente diferente daquela existente até ago-
ra
1.2 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 19 de
junho de 2015;
Uma vez que a proposta de ata foi previamente enviada
aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua
leitura
Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os
seguintes intervenientes:

Livro	6
Folha_	151

O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, referiu
que a ata não traduz o que na realidade se passa nas sessões
da Assembleia. Afirmou não ter sido verdade o referido pelo
Presidente da Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro, José Dias,
a seu respeito aquando da sessão anterior da Assembleia
O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, refe-
riu que as atas não refletem a realidade, mencionando em
concreto a situação da poluição do Rio Noro abordada na ante-
rior sessão da Assembleia. Lançou o desafio para que a escola,
através dos professores ligados ao ambiente, procedessem
juntamente com os alunos, em aula, à análise daquela água
O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, refe-
riu, na sua opinião, ser uma constante o facto das atas não
corresponderem à realidade, sugerindo que as mesmas passas-
sem a ser gravadas para evitar conflitos. Solicitou ao Presi-
dente da Câmara Municipal quais as medidas a serem aplica-
das no território pela CIM-AT no âmbito do PDR 2020 nomea-
damente ao nível da agricultura
O Presidente da Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro, José
Dias, informou que nunca mencionou o nome do membro da
Assembleia Municipal, Rui Álvares, na anterior sessão da
Assembleia
O Presidente da Assembleia Municipal avisou os interve-
nientes para não fazerem intervenções de âmbito mais pessoal
e que as mesmas se devem cingir apenas ao ponto em causa
O Presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro
da Assembleia Municipal, Magda Barroso, informando-a que o

que está contratualizado no âmbito do PDR 2020 para o Alto Tâmega, é fundamentalmente dirigido para florestas e regadios. Relativamente aos apoios para os jovens agricultores, disse já terem sido referidos alguns deles, estando a perspetivar-se novos apoios aquando da elaboração do orçamento municipal para o próximo ano. Informou da existência de 27 novas intenções de projetos de jovens agricultores, num trabalho realizado em parceria com a Cooperativa Agrícola de Boticas. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, informou que quando se refere ao Presidente da Câmara Municipal deve fazê-lo dessa forma e não pelo seu nome próprio por respeito ao órgão que representa e pelo facto de se estar numa sessão da Assembleia Municipal. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, disse que não é merecedora de qualquer comentário uma vez que a sua intervenção não possui qualquer conteúdo substancial para ser respondido.___ O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, referiu que a ata contém um erro que não evocou na sua anterior intervenção, nomeadamente quando refere na sua intervenção que a Câmara é ambientalista, o que na sua opinião não corresponde tendo em conta a poluição do Rio Noro. Quanto à questão de tratamento dos membros nas sessões da Assembleia Municipal, afirmou que a decisão adotada desde o início deste mandato, de tratar os membros sem qualquer título académico, não foi da sua iniciativa e que também ele é tratado pelo nome.

Livro	6
Folha	152

O Presidente da Assembleia Municipal informou que os
títulos académicos não são para ser utilizados e que na
Assembleia, apenas são utilizados os termos "Presidente" e
"membros". Em relação à ata, considerou que a mesma está
correta e completa, de acordo com o n.º 1 do artigo 57.º da
Lei 75/2013, de 12 de setembro: " <i>De cada sessão ou reunião é</i>
lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial
nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o
local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes,
os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e
a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o
facto da ata ter sido lida e aprovada"
De seguida foi posta a ata a votação tendo sido aprovada,
por maioria, com três votos contra dos membros da
Assembleia Municipal, Rui Álvares, Adérito Pinto e Arnaldo
Videira e duas abstenções do membro da Assembleia
Municipal, Magda Barroso e Manuel Baltazar Pereira
1.3 - Assuntos de interesse municipal nos termos do
regimento;
Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os
seguintes intervenientes:
O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, agrade-
ceu ao Presidente da Câmara e de Juntas de Freguesia, pelo
trabalho que está a ser feito nas aldeias, nomeadamente em
termos de limpeza e de trabalhos. Agradeceu igualmente à
Câmara Municipal, em nome dos pais das crianças do 1º ciclo
do Agrupamento de Escolas Gomes Monteiro, Boticas, pela

29-09-2015

continuidade da oferta dos manuais escolares àqueles alunos. Parabenizou a iniciativa da Câmara Municipal em relação à devolução aos munícipes do valor total do IRS a que tem direito bem como à manutenção da taxa mínima do IMI e da sua redução em percentagem, de acordo com a composição do agregado familiar.____ ____O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, chamou a atenção da Câmara Municipal para a limpeza e manutenção do Parque de Carvalhelhos. Criticou o estado de degradação e de abandono dos caminhos construídos em paralelo em Carvalhe-Ihos referindo que, por outro lado, se esbanjou dinheiro com a substituição das floreiras em Boticas, sem nunca saber o destino das mesmas. Solicitou ainda apoio à Câmara Municipal na abertura de um caminho que se está a realizar em Viveiro pela Junta de Freguesia local.___ ____O Presidente da Câmara Municipal agradeceu as palavras do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo. Em relação à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, informou mais uma vez, que devido a arranjos urbanísticos efetuados na Vila, foram retirados alguns elementos decorativos nas ruas da mesma que se encontram no armazém da Câmara tendo sido substituídos por outros equipamentos urbanísticos. Quanto à abertura de um caminho em Viveiro, disse que o Presidente da Junta de Freguesia falará em tempo oportuno da necessidade de apoio ou não para a continuidade dos trabalhos. Referiu ainda que os membros da Assembleia Municipal devem defender todo o Concelho e não apenas algumas

Livro	6
Folha_	153

localidades do mesmo
2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor
Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e
financeira nos termos da lei;
Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os
seguintes intervenientes:
O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, criticou a
informação do Presidente da Câmara, caracterizando-a de sub-
jetiva, solicitando que o seu conteúdo fosse mais objetivo e
específico
O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, disse
que os pontos referidos na informação deveriam estar quanti-
ficados
O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, pôs em
destaque algumas atividades consideradas mais relevantes
para o concelho referidas na informação da Câmara, nomea-
damente: oferta dos manuais escolares aos alunos do 1.º
ciclo; atribuição de apoio a famílias com manifesta carência
económica; enxoval do bebé; bolsas de estudo aos alunos do
ensino superior e de mobilidade internacional; apoio à conser-
vação de habitações degradadas de pessoas carenciadas; apoio
logístico nas escavações arqueológicas no povoado romano de
Batocas, em Ardãos; apresentação de candidaturas no âmbito
do INTERREG V; realização das atividades culturais "Verão em
Festa"; apoio na realização das festividades em honra de Nos-
sa Senhora da Livração; apoio na realização das atividades
desportivas para jovens, organizadas pelo Grupo Desportivo

de Boticas; realização do Dia do Idoso em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, Núcleo de Boticas da Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários de Boticas, Agrupamento de Escuteiros de Boticas, Rancho Folclórico do Centro Cultural e Recreativo de Beça e Grupo de Cantares da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Serra do Leiranco; instalação de equipamentos desportivos no Parque de Lazer do Ribeiro do Fontão; realização do troféu de downhill; inauguração da estátua "A Barrosã" na rotunda de Carvalhelhos; continuidade do apoio financeiro prestado às freguesias; apoio à sanidade animal e abertura do viveiro de truticultura. Agradeceu ao Presidente da Câmara pelo empenho e disponibilidade do município por ter colmatado a falta de médicos no Centro de Saúde e pelo facto do Concelho ter uma ambulância e posto de emergência médica do INEM.__ ____O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, referiu em relação à rotunda de Carvalhelhos, que a mesma é demasiadamente larga, complicando o trânsito, apesar de considerar que fica bem em termos estéticos. Disse, em relação à informação da Câmara Municipal, que os pontos nela referidos deveriam ser quantificados com particular importância no que toca ao apoio à conservação de habitações degradadas de pessoas carenciadas, que segundo o próprio, envolve quantias significativas. ____O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a quantificação das atividades da Câmara não se mostra necessária

AMBoticas 29-09-2015

uma vez que as mesmas constam de documentos próprios tais

Livro	6		
Folha	15u		

como conta de gerência e oportunamente virá à Assembleia. Deu os parabéns aos presidentes de Junta pelo excelente trabalho realizado nas suas freguesias e respetivas povoações.___ ___2.2 - Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Norte, IP e a Câmara Municipal de Boticas; ___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os sequintes intervenientes:____ O Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização ao Presidente da Assembleia Municipal para acrescentar o termo "ratificação" ao ponto 2.2, que não foi colocado por lapso, uma vez que o referido protocolo já tinha sido celebrado em finais de julho, não tendo havido tempo suficiente, tendo em conta a urgência do assunto, de convocar atempadamente uma reunião de Câmara e da Assembleia Municipal. Informou que o assunto foi a ratificação em reunião de Câmara e vai agora, da mesma forma, para ratificação da Assembleia Municipal. Explicou que havia dois dias em que não existia médico nas consultas de urgência do Centro de Saúde de Boticas e que o presente protocolo visa colmatar essa lacuna com a vinda de médicos naqueles dias, através do suporte, por parte do município, dos custos resultantes desse horário. Informou que relativamente ao médico do Serviço Nacional de Saúde previsto para prestar serviço em Boticas, não foi colocado uma vez que não lhe foi reconhecido pela Ordem dos Médicos, um documento colocado a concurso. Afirmou ter já reunido com a ARS para a abertura de novo concurso, que na sua opinião, será resolvido em bre-

ve. Deu os parabéns ao membro da Assembleia Municipal e 2.ª
secretária da Mesa, Maria Cândida Eiras, pela integração no
Conselho Clínico do ACES do Alto Tâmega e que é um orgulho
para Boticas.
O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, referiu
que se poderia ter convocado uma reunião extraordinária da
Assembleia Municipal para apreciação do ponto em causa
O Presidente da Assembleia Municipal disse que as ratifi-
cações estão previstas na lei e que não vê qualquer inconve-
niente quanto à sua utilização
A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Minuta de
Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de
Saúde do Norte, IP e a Câmara Municipal de Boticas - ratifica-
ção" e após análise e discussão deliberou, com dois votos con-
tra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Adéri-
tra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Adéri- to Pinto, aprová-la.
to Pinto, aprová-la
to Pinto, aprová-la2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de
to Pinto, aprová-la2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU"
to Pinto, aprová-la2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014;
to Pinto, aprová-la2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014;
to Pinto, aprová-la. 2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014; Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:
to Pinto, aprová-la2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014;
to Pinto, aprová-la. 2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014; Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:O Presidente da Câmara Municipal de Boticas informou que em breve será integrado na Ecomuseu - Associação de Barro-
2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014;Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:O Presidente da Câmara Municipal de Boticas informou que em breve será integrado na Ecomuseu - Associação de Barroso, além do Município de Boticas e Montalegre, o Município de
2.3 - Proposta de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso outorgado em 09/04/2014;

Livro 6 Folha 155

David La Battian de Caracina de Caracina de Caracina
Rural de Boticas e da Quinta do Cruzeiro de Covas do Barroso,
que irão ficar incluídos naquela rede
O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, con-
siderou as transferências previstas pouco éticas, tanto neste
ponto como no seguinte. Disse que os apoios que o município
dá são da sua competência e obrigação. Referiu que as pro-
postas submetidas à Assembleia devem estar quantificadas.
Afirmou não ter sido da sua iniciativa o tratamento a dar aos
membros da Assembleia.
O Presidente da Câmara Municipal disse não ter ficado
incomodado por ter sido tratado por "Fernando" mas que está
nesta Assembleia na qualidade de Presidente da Câmara e que
isso deve ser respeitado. Relativamente à questão da quantifi-
cação, informou que os valores são referidos na proposta
enviada aos membros da Assembleia
A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Proposta
de Aditamento (1ª) ao Protocolo de Cooperação entre o
Município de Boticas e a "ECOMUSEU" - Associação de Barroso
outorgado em 09/04/2014" e após análise e discussão
deliberou, com três votos contra dos membros da Assembleia
Municipal, Rui Álvares, Adérito Pinto e Arnaldo Videira e duas
abstenções dos membros Magda Barroso e Paulo Sanches,
aprová-la
2.4 - Proposta de Protocolo de Colaboração entre o
Município de Boticas e a Santa Casa de Misericórdia de
Boticas - Apoio Financeiro;
O Presidente da Câmara Municipal disse que, como já refe-

rido aquando da alteração ao orçamento, este apoio financeiro tem como objetivo a ajuda financeira na construção do novo Lar de Acamados. O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, disse ter ficado ainda mais preocupado com o destino dos apoios. Afirmou fazer-lhe confusão o facto do Presidente da Assembleia Municipal ser simultaneamente Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Boticas. Referiu que já tinha sido atribuído um subsídio de 178.000,00€ num anterior orçamento retificativo àquela entidade além dos 200.000,00€ agora atribuídos, afirmando que os mesmos não se encontram quantificados. Referiu-se à carta do Provedor que, segundo o membro da Assembleia, informa da adjudicação das obras em causa, solicitando apoio à Câmara Municipal para a realização das mesmas. Considerou que a obra deveria ter ido a concurso público e que pretendia saber a quem a mesma foi adjudicada. ___O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, referiu tratar-se de uma situação complicada uma vez que considera que a Santa Casa da Misericórdia de Boticas está a beneficiar de dinheiros públicos, neste caso provenientes da Câmara. Considerou que a Câmara está a prejudicar muito o Concelho nesse aspeto embora se tenha de ter muita atenção à parte social nomeadamente aos idosos. Afirmou que perante a degradação das condições de vida, as misericórdias têm avançado mas que é necessário ter cuidado quando tal acontece em excesso. Disse que tem sido recorrente o apoio financeiro da

AMBoticas 29-09-2015

Câmara à Santa Casa da Misericórdia o que, na sua opinião,

Livro 6 Folha 156

prejudica o desenvolvimento do Concelho e o emprego jovem pelo facto dos recursos serem desviados para outros fins. Disse estar preocupado com essa relação de quem dá o dinheiro, de quem o gere e para quem é distribuído.__ ____O Presidente da Assembleia Municipal informou da recente publicação de um Relatório sobre apoio e assistência aos mais idosos na Comunidade Económica e Europeia, tendo sido apontado Portugal como um dos países onde ainda não existe apoio dito suficiente e normal comparado com outros desenvolvidos, no que toca aos idosos. Afirmou que, na sua opinião, o apoio discutido no presente ponto é um bom exemplo de aplicação dos dinheiros públicos nomeadamente para os que mais precisam e que todos deviam apoiar e regozijar-se com uma obra que também criará emprego no Concelho.__ ____O Presidente da Câmara Municipal informou que o Membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, fez confusão pois falou em duplicação de valor, e na realidade trata-se apenas de uma transferência no valor de 200.000,00€ para a Santa Casa da Misericórdia, por isso não percebe os valores mencionados. Relativamente à adjudicação da obra, lembrou ao mesmo que é da gestão da Santa Casa da Misericórdia, afirmando contudo que a mesma foi feita por concurso público. Afirmou ainda que é da responsabilidade da Câmara aplicar o dinheiro onde considera necessário e que neste caso concreto corresponde à manutenção de postos de trabalho daquela unidade, porque caso encerrasse os funcionários teriam que ser despedidos e de utentes que sem esse apoio teriam de ir embora.

Disse que a Câmara não deixa de aplicar verbas onde fazem
falta em detrimento de outras, procurando sempre resolver o
fundamental. Em relação à intervenção do Membro da Assem-
bleia Municipal, Rui Álvares, disse não ser merecedora de
qualquer resposta uma vez que é inócua
A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Proposta
de Protocolo de Colaboração entre o Município de Boticas e a
Santa Casa de Misericórdia de Boticas - Apoio Financeiro" e
após análise e discussão deliberou, com quatro votos contra
dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares, Adérito
Pinto, Arnaldo Videira e Manuel Baltazar Pereira e uma abs-
tenção do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso,
aprová-la
2.5 - Proposta de emissão de "Declaração de
2.5 - Proposta de emissão de "Declaração de Interesse Público Municipal" - Regime excecional de
Interesse Público Municipal" - Regime excecional de
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido apresentada idêntica proposta numa sessão da Assem-
Interesse Público Municipal" - Regime excecional de regularização - artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido apresentada idêntica proposta numa sessão da Assembleia Municipal. Esclareceu que o armazém da exploração agrícola em causa se encontra situado em reserva ecológica pelo
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido apresentada idêntica proposta numa sessão da Assembleia Municipal. Esclareceu que o armazém da exploração agrí-
Interesse Público Municipal" - Regime excecional de regularização - artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido apresentada idêntica proposta numa sessão da Assembleia Municipal. Esclareceu que o armazém da exploração agrícola em causa se encontra situado em reserva ecológica pelo que necessita, para o aumento daquela exploração e através
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido apresentada idêntica proposta numa sessão da Assembleia Municipal. Esclareceu que o armazém da exploração agrícola em causa se encontra situado em reserva ecológica pelo que necessita, para o aumento daquela exploração e através da legislação referida, da autorização da Assembleia Municipal para a sua real efetivação.
Interesse Público Municipal" — Regime excecional de regularização — artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. O Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido apresentada idêntica proposta numa sessão da Assembleia Municipal. Esclareceu que o armazém da exploração agrícola em causa se encontra situado em reserva ecológica pelo que necessita, para o aumento daquela exploração e através da legislação referida, da autorização da Assembleia Municipal

a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro" e após análise e discussão deliberou, por unanimidade, aprová-la.___ 2.6 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - 2016; O Presidente da Câmara Municipal informou que fruto da boa gestão financeira das contas do município, está o mesmo em condições de devolver na totalidade os 5% de IRS a que tem direito aos munícipes do concelho._____ ____O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, considerou a proposta positiva, referindo que é uma medida contrária à do governo apoiado pela maioria do executivo camarário, que por sua vez procede a vários cortes. Referiu ter ficado satisfeito com o facto de ter existido concurso público para a realização das obras solicitadas pela Santa Casa da Misericórdia, esclarecendo que essa informação não está mencionada no ofício do Provedor.___ A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - 2016" e após análise e discussão deliberou, por unanimidade, aprová-la.___ __2.7 - Proposta de Fixação e de Redução da Taxa de Municipal Imóveis Imposto sobre 2015. ____O Presidente da Câmara Municipal informou da intenção da Câmara manter a taxa mínima de IMI, fixada em 0,3%, tal como tem sido feito em anos anteriores. Informou ainda da possibilidade, de acordo com o artigo 112.º do CIMI, de existirem escalões de isenção daquele imposto tendo em conta a

AMBoticas

29-09-2015

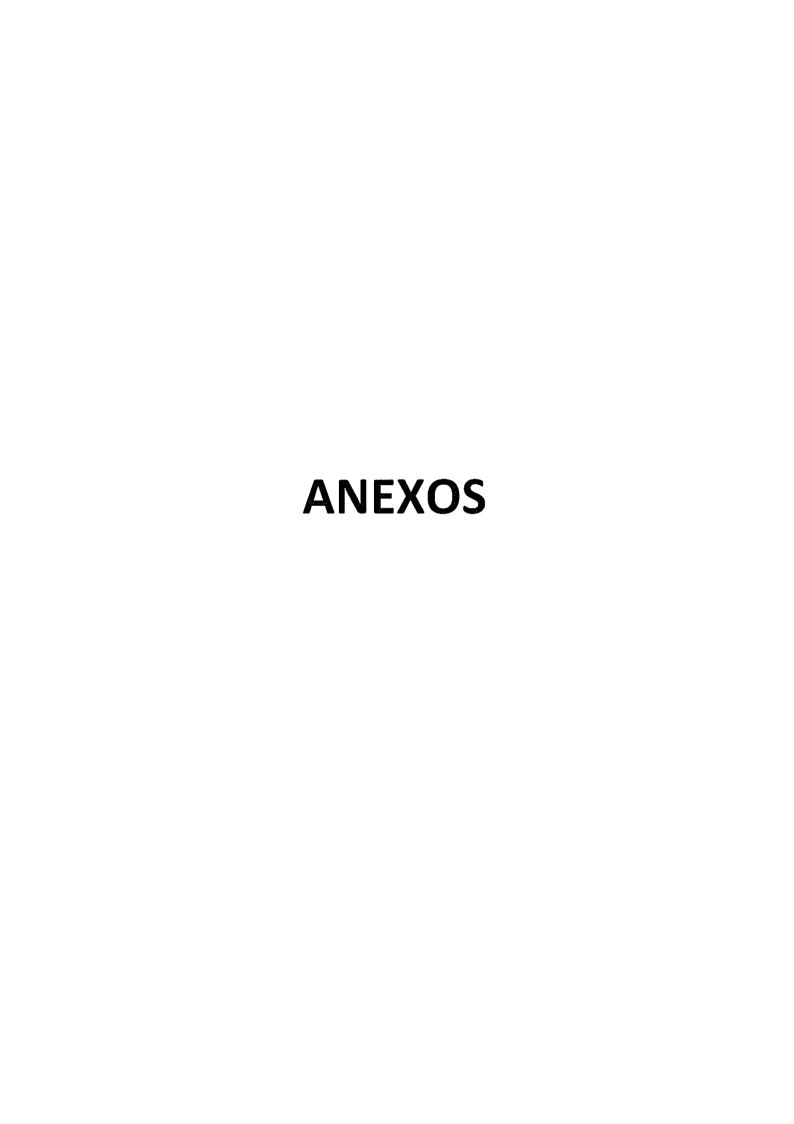
constituição do agregado familiar, que corresponde até aos
10% para os que possuem um dependente a cargo, 15% com
dois dependentes e 20% com três ou mais dependentes. Afir-
mou que a Câmara pretende adotar as percentagens máximas
de isenção referidas
O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, reiterou
como positivo o facto da Câmara Municipal manter a taxa de
IMI mínima bem como adotar as taxas máximas de benefício
fiscal. Deu os parabéns ao jovem botiquense, João Ferreira,
filho do membro da Assembleia Municipal, Carlos Ferreira, por
ter ingressado no Curso de Engenharia Aerospacial com 19,88
valores de média, uma das melhores do país. Disse que é
motivo de orgulho não só para a sua família mas também para
todo o Concelho
A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Proposta
de Fixação e de Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre
Imóveis - 2015" e após análise e discussão deliberou, por
unanimidade, aprová-la
O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Assem-
bleia autorização para aprovação em minuta dos pontos 2.1,
2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7
O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, refe-
riu que os pontos em causa poderiam ser colocados a aprova-
ção em minuta individualmente em vez de o serem em conjun-
to.
O Presidente da Assembleia Municipal manteve a proposta
inicial de colocar para aprovação em minuta os pontos 2.1,

Livro 6 Folha 458

2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 em conjunto, tendo sido aprova-
do, por maioria, com três votos contra dos membros da
Assembleia Municipal, Rui Álvares, Adérito Pinto e Arnaldo
Videira
O Presidente da Câmara Municipal informou da distribuição
aos Presidentes de Junta de Freguesia de convites e cartazes
para a apresentação do n.º 50 da Revista Aquae Flavie, num
trabalho do Dr. Sousa e Silva, Dra. Isabel Viçoso e do Coman-
dante do Regimento de Infantaria 19, que consiste num levan-
tamento dos participantes do Alto Tâmega e do Concelho de
Boticas na 1.ª Grande Guerra, a realizar no próximo dia 14 de
outubro, solicitando a divulgação dos mesmos pelos familiares
daqueles militares
Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata
E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente
da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião eram 12
horas e 30 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do
artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a
Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria com dois
votos contra e uma abstenção, a presente ata que vai ser
assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim,
Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei
Alsam I Pris

AMBoticas

29-09-2015





SETEMBRO DE 2015

Em nome da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, e de acordo com os preceitos legais aplicáveis, apresento um resumo das principais atividades desta Entidade.

Num primeiro momento, as ações mais relevantes; posteriormente, informações complementares.

1. Nos dois primeiros meses deste ano, apresentamos, defendemos e prestamos todas as informações solicitadas pelos diversos organismos envolvidos na avaliação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), com destaque para a CCDRN e Agência Nacional para o Desenvolvimento e Coesão.

Este documento de referência (que como tal deve ser visto e analisado, estando aberto aos ajustes necessários que se venham a tornar pertinentes no longo período previsto para a sua implementação) foi, no tempo, o primeiro grande desafio da nossa Comunidade.

Desde logo, reforçando, efetivamente, os laços de confiança entre os principais parceiros no território, reforço sustentado em perspetivas políticas de coesão territorial, afirmando a Região com identidade forte e capaz de competir;

Mas também, mobilizando os agentes económicos, sociais, culturais e institucionais do Alto Tâmega numa participação ativa. A elaboração deste documento estratégico constitui-se elemento determinante na afirmação política e institucional da CIM-AT.

A amplitude deste desafio manifesta-se, desde logo, pela tentativa de consubstanciar num documento as legítimas aspirações dos cidadãos do Alto Tâmega, que tem feito esforços significativos para melhorar as suas condições de vida, valorizando o território, mas ainda sem o reflexo desejável na sociedade e na economia.

Esta realidade provoca-nos. Tanto mais que todos sabemos que "a porta do desenvolvimento abre por dentro". É imperioso gerar valor pelos recursos naturais, valorizar a natureza, o património e as estruturas existentes, promover o dinamismo económico de forma a criar riqueza e emprego, procurando fixar a população, construindo uma sociedade inclusiva.



O documento está disponível no site da CIM-AT e foi distribuído aos membros da Assembleia Intermunicipal, sendo ainda divulgado da forma que os Senhores Presidentes de Câmara muito bem entenderem.

Os indicadores disponíveis e evidenciados apontam as fragilidades que todos conhecemos: esvaziamento e envelhecimento demográfico, despovoamento rural, lógica predominantemente extrativa nos setores e atividades dominantes, economia muito dependente das atividades tradicionais (pouco organizada e sem dimensão crítica) bacias de emprego muito reduzidas e mão de obra pouco qualificada, do que resulta fraca capacidade de iniciativa.

Em contraponto, temos uma taxa de desemprego menor que a média nacional, e balança comercial positiva (graça à industria extrativa).

As indústrias extrativas, o Turismo (Termalismo, Bem Estar, Turismo de Natureza e em Espaço rural) e o Setor primário são áreas chave na região.

Acrescenta-se a capacidade de produção de Energia (hoje 15% da Região Norte, com tendência para aumentar), a Biodiversidade e a riqueza patrimonial.

O Posicionamento Estratégico do AT assenta:

- Na valorização dos fatores de competitividade (recursos diferenciadores);
- No aproveitamento da localização (Norte/Galiza;Litoral/Interior);
- No alinhamento das estratégias a nível Regional, Nacional e Europeu.

O documento enumera 5 eixos estratégicos, 15 objetivos e 80 medidas no horizonte temporal de uma década, com indicadores e metas de resultados.

Por exemplo:

- . Criar 1200 postos de trabalho nos próximos 10 anos;
- . Aumentar o volume de negócios ½%. ao ano;
- . Reforçar o poder de compra 1% ao ano;
- . Incrementar o número de visitantes ½% ao ano;



- . Criar pólos de excelência rural;
- . Duplicar percursos pedonais, equestres e ciclovias;
- Direcionar o Ensino Profissional, aumentando a frequência 5 a 10%... Indicadores e metas que estão devidamente diferenciadas e especificadas nas ações aprovadas no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, assinado em 5 de agosto passado, que passamos agora a apresentar.
- 2. Nos termos do Acordo de Parceria de Portugal com a União Europeia, as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial "vão para o terreno" através de Investimentos Territoriais Integrados e do Desenvolvimento Local de Base Comunitária. No primeiro caso da responsabilidade das CIM (diretamente ou em parceria) e no segundo da responsabilidade dos GAL (ADRAT).

O aviso de Candidatura dos Pactos abriu a possibilidade de os Municípios se mobilizarem para investimentos conjuntos em 14 prioridades estratégicas, sendo que, se o fizessem, não poderiam candidatar-se individualmente no âmbito dessas mesmas prioridades. No caso do Norte, as prioridades eram só 13.

À partida, 4 dessas prioridades eram de mobilização obrigatória por esta via (Eficiência Energética, Proteção Civil, Infra-estruturas e Equipamentos Sociais de iniciativa Municipal e Infra-estruturas em Educação Pré-escolar e Ensino Básico).

A CIM-AT assinou o Pacto, com investimento previsto em 11 prioridades. A diferença entre as 11 mobilizadas e as 13 possíveis traduz-se no abdicar de uma (6.1- com dotação nacional de 500.000€!) e associar duas em uma (Proteção Civil).

Com a assinatura do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, ficam disponíveis para o AT cerca de 54 milhões de euros.

O grande desafio é aplicá-los bem e de forma (re) produtiva.

Para além das 4 prioridades já referidas, figuram no Pacto a Modernização Administrativa, os Regadios Tradicionais, o Apoio ao Empreendedorismo (individual e empresarial - duas prioridades), os Contratos de Emprego Inserção (para atividades socialmente úteis), o Apoio a Idosos e a Promoção do Sucesso Escolar.

Os montantes serão aplicados nos diversos Municípios de acordo com fórmula (s)

de distribuição já acordadas.



- 3. A CIM tem até ao fim deste ano para apresentar, obrigatoriamente, o PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável), que terá articulação com o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) de Chaves e com as ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) dos restantes Municípios da Comunidade.
- Versa este Plano o Transporte de Pessoas e Bens com mais eficiência, mais inclusão e menor poluição.
- 4. A CIM-AT candidatou-se também ao concurso aberto a nível Nacional para Serviços Partilhados, tendo as propostas do AT sido todas selecionadas, estando já assinado o Contrato para a Articulação dos Serviços de Proteção Civil. As restantes propostas dizem respeito ao Turismo, ao SIG e à Formação.
- 5. Na sequência da elaboração do Plano de Empreendedorismo para o AT (promovido pela CIM e gerido pela ADRAT), está em pleno funcionamento a plataforma AT Empreende.

Informações Complementares

- a) Relacionamento Interinstitucional Interno, de que já falamos, entre Municípios, ADRAT, ACISAT, IEFP, IPSS, Estabelecimentos de Educação, Associações, Coletividades e Entidades Locais, com grande esforço e progresso, em que os Municípios e os seus Presidentes têm tido um papel fundamental e determinante.
 - Mas também externo: Com a CCDRN, Agência Nacional para o Desenvolvimento e Coesão, ANMP, Outras CIM (Douro, TT Montes, Cávado), bem como com os gestores dos PO Nacionais e PDR.
- b) Novos FEEI Abordagem 2020: focalização no Social e na Economia, assim como nos Resultados.
- c) Encerramento do ON2 Candidaturas da CIM e dos Municípios. Neste caso a CIM assumiu apresentar os Relatórios de Execução Final que permite às Câmaras Municipais receber os 5% retidos nas obras realizadas no âmbito do referido financiamento.



- d) Levamos a efeito, até ao momento, durante 2015, 6 ações de formação para trabalhadores dos Municípios do AT:
 - A Revisão do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação;
 - Fiscalização no Âmbito do RJUE;
 - Consolidação de Contas na Administração Local;
 - Lei do Trabalho em Funções Públicas;
 - O Novo Código do Procedimento Administrativo;
 - Elaboração dos Documentos Previsionais para 2016 no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais e LOE 2015.
- e) Estamos a trabalhar na apresentação do plano de Candidaturas ao PROVERE, bem como aos Programas Transfronteiriços, trabalho que decorrerá de forma intensiva até ao fim de 2015.

Uma nota final para registar que se manifesta a vontade dos Municípios, através dos seus legítimos representantes, em sedimentar, de forma progressiva e sólida, o espírito de Comunidade no Território do Alto Tâmega.



Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Boticas

DECLARAÇÃO DE VOTO AO PONTO 2.2 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ARS NORTE E A CÂMARA MUNICIPAL DE BOTICAS

QUE APRESENTAM OS MEMBROS RUI ALVARES E ADÉRITO VAZ PINTO

Mereceu este ponto voto contra por duas ordem de razões:

- Consta da convocatória a simples apreciação da minuta de protocolo. Sucede que na apresentação do ponto pelo executivo camarário foi dito ter-se tratado de um erro na convocatória, dado que aquilo que se pretendia dizer era ratificar o dito protocolo. Ora, há uma diferença substancial entre a simples apreciação e a ratificação do mesmo. Verificou-se que tal ponto foi posto à votação sem previamente ter sido alterada a ordem de trabalhos e votada a referida alteração. Salvo melhor opinião, parece-nos que este seria o procedimento correcto, primeiro por a votação a alteração à ordem de trabalhos e depois votar o ponto.
- Sucede ainda que, tal protocolo deveria ser acompanhado de uma informação que demonstrasse ainda que de forma estimativa, as responsabilidades financeiras envolvidas.

A. Vaz Pinto Rui Álvares